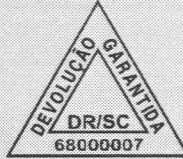


NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC



CORREIO
IMPRESSO ESPECIAL
nº68000007/2002
ECT/SC
ALESC

Florianópolis, 08 de novembro de 2002

Ano 4 Nº 107

Projetos polêmicos ficam para próxima legislatura

Mirela Maria Vieira

Reunidos na terça-feira (5), os líderes do governo na Assembleia, deputado Joares Ponticelli (PPB), e da bancada do PMDB, deputado João Henrique Blasi, definiram a retirada da pauta de votações de pelo menos quatro proposições polêmicas. “São matérias que têm repercussão direta sobre a administração”, resumiu Blasi.



Deputado Blasi

Ambos relacionaram as propostas de criação da SC Portos, o novo modelo previdenciário dos servidores estaduais, o Plano Estadual de Educação, e a indicação dos nomes para compor a SC Arco (Agência Reguladora). O projeto que implementa o plano de educação, conforme explicou Blasi, é decenal, ou seja, engloba dois mandatos completos mais a metade de um terceiro. “Deve ser mais discutido ainda, através de audiências públicas”, disse Ponticelli, que pretende realizar pelo menos uma audiência ainda antes de terminar o ano.

Estruturais

Apesar da retirada destas matérias o parlamento poderá proceder, ainda este ano, às mudanças estruturais na administração, abrindo caminho para a implementação da descentralização proposta pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Abertura neste sentido já foi sinalizada pelo presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL). “Para implementar a reengenharia de Estado que o governador quer fazer são necessários projetos de origem do Executivo. Há boa vontade do parlamento para isso”, assinalou Blasi. Endossando o peemedebista, o líder do governo adiantou que acredita na possibilidade do atual governo já reverter as modificações necessárias ao plano da próxima administração que inicia em 1º de janeiro de 2003. Este tipo de proposição, conforme determina a Constituição, é de atribuição exclusiva do Executivo. “Esta é uma conversa que os dois governadores devem ter. Creio que o governador Amin (Esperidião, PPB), fará aquilo que for necessário pelo estado. Aqui, já dissemos que não temos nenhuma intenção de travar nada”, afirmou ele, referindo-se à postura da atual bancada governista (PPB/PFL/PTB/PL/PSDB). Caso não sejam remetidas ainda



(fotos Carlos Kilian)

Deputado Ponticelli

nesta legislatura, segundo Blasi, as propostas serão elaboradas pela nova equipe de governo, aportando na Assembleia já nos primeiros dias da próxima, que começa no dia 1º de fevereiro de 2003.

Orçamento

O que já está efetivamente acertado, além da retirada dos projetos mais polêmicos, são as modificações na peça orçamentária do próximo ano. Segundo o líder do PMDB, a equipe de transição vai dar o encaminhamento necessário na semana que vem. “Se houver necessidade de mudanças muito grandes - mas me parece que não -, será feito um substitutivo global. Ou diversas emendas de origem parlamentar”, explicou.

**Aguarde: Em dezembro
o novo Jornal da AL**

AL notícias

OPINIÃO

Rádios comunitárias na construção da democracia



O movimento das Rádios Comunitárias cresce rapidamente, resistindo a todas as ações contrárias por parte dos órgãos da área no Governo Federal e também das rádios comerciais, ardilosas ao confundir rádio comunitária com rádio pirata ou ilegal em constantes chamadas de televisão.

Mas as comunidades, principalmente as menores e mais distantes das cidades-pólo, encontram na rádio comunitária um espaço seguro de comunicação. Por isso elas se tornaram tão fortes e vêm se espalhando com tanta velocidade por todo o País. Em Santa Catarina, além da entidade nacional chamada *ABRAÇO*, atua também a ARCOS (Associação das Rádios Comunitárias do Sul), que reúne emissoras comunitárias de todo o Sul do estado. A cada encontro da ARCOS, mais e mais pessoas aparecem buscando informações de como colocar no ar uma rádio comunitária.

Para os moradores das pequenas cidades, bairros, vilas e favelas, importa, sim, saber sobre o tornado que atingiu a costa Leste dos Estados Unidos ou sobre a nova moeda da Comuni-

dade Européia. Mas interessa muito mais saber quando vai ser corrigido o vazamento de água de uma determinada rua, quando ocorrerá a reunião de pais e professores da escola, ou, ainda, como está a organização de chapas para a associação de moradores.

E só na rádio comunitária esses temas são abordados com seriedade e profundidade. Só nas rádios comunitárias é que a população tem espaço para esse tipo de discussão. Assim como também só a rádio comunitária dá espaço para que as mais diferentes linhas de pensamento tenham expressão, espaço para debates sérios sobre os problemas da comunidade e até para tocar aquela música que o filho do vizinho gravou com tanto sacrifício e não consegue divulgar nas rádios comerciais. Assim, o movimento das rádios comunitárias pode ser traduzido por apenas uma palavra: democracia.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, valorizamos e incentivamos essa modalidade de veículo de comunicação de massa por entendermos que, só democratizando o acesso aos meios de comunicação é que poderemos construir uma sociedade consciente e capaz de construir com seus próprios talentos uma nova realidade.

Deputado José Paulo Serafim (PT)
serafim@alesc.sc.gov.br

A vez do povo



As últimas eleições demonstraram claramente que o povo brasileiro resolveu dar uma guinada para o futuro. Desta vez não acreditou em quem pintou o horizonte mais colorido, mas sim em quem fez o diagnóstico real e garantiu em suas plataformas mudanças efetivas nas condições de vida dos pobres. Num enfoque correto, de que dando-se condições para que o desenvolvimento ocorra de baixo para cima o Brasil crescerá com inclusão social

na direção de um futuro melhor para todos os brasileiros.

O povo não entende de política econômica, não sabe discutir sobre o mercado financeiro, seus segredos e armadilhas, não entende porque as coisas aumentam quando a gasolina sobe e muito menos porque o preço do petróleo sobe com o dólar. Entretanto, o brasileiro cansou de acreditar em palavras bonitas: redução do Estado, políticas financeiras, déficit e superávit e quis ouvir a solução para os seus problemas reais expressa em sua língua e,

especialmente, da boca de alguém que já passou por tudo isso e demonstra, no mínimo, boa vontade para lutar contra o grande monstro que nos assola há mais de 500 anos.

Nesta mesma "onda", Santa Catarina viu-se entre duas opções e escolheu o candidato que representa o vento da mudança que varreu todo o País, na esperança de garantir para si um futuro ainda melhor. Também na eleição à Assembleia Legislativa refletiu-se a vontade dos catarinenses que escolheram seus representantes e estes, com certeza, dignificarão seu povo.

Eu, pessoalmente, quero seguir com meu trabalho no Legislativo Catarinense com o foco ainda mais ajustado na área social, buscando cada vez mais apresentar propostas que vão ao encontro dos anseios e necessidades do nosso povo, que apontou para políticas sociais sérias que possibilitem as verdadeiras transformações, principalmente na desigualdade social que é a causa da fome, da criminalidade e da violência. Em meu segundo mandato, portanto, primarei por atender estas demandas que sempre foram minha bandeira.

Deputada Odete de Jesus (PL)
odete@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
 1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
 Coordenador em exercício: Jonas Lemos Campos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - SC 00317-JP
 Chefe de Redação: Marise Ortiga
 Redatores: Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Mirela Maria Vieira
 Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Acordo com MP mantém mandato de vereadores

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Onofre Agostini (PFL), esteve reunido na quinta-feira (7) com representantes do Ministério Público e com o presidente da União dos Vereadores Catarinenses (Uvesc), Cleriton Henriques, para definir acordo a respeito da emenda constitucional que reduz o número de vereadores em Santa Catarina. O acordo garante a permanência dos vereadores eleitos em 2000 até que completem o mandato, com os novos números passando a valer a partir da eleição de 2004.

Na avaliação do presidente, o MP atingiu seu objetivo – buscado com as ações na Justiça – através da emenda aprovada na semana passada, colocando a Consti-

tuição estadual no compasso do que estabelece a federal. “Agora temos certeza de que todos os vereadores catarinenses não serão prejudicados e poderão cumprir seus mandatos até o final”, disse Agostini.

Para o promotor Cid Luiz Ribeiro Schmitz, cada câmara municipal receberá o acordo firmado entre o MP e a Uvesc. “A partir daí (próxima eleição) os municípios seguirão a nova legislação”, afirmou. (TK)



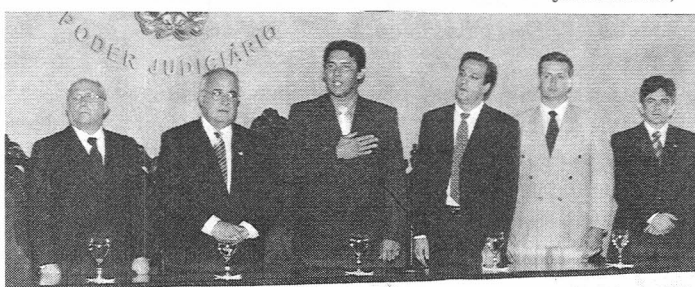
Deputado Onofre

(foto Alberto Neves)

Ministro defende conciliação administrativa entre órgãos da União

(foto Carlos Kilian)

Na palestra que proferiu durante a abertura do III Congresso Nacional de Procuradores Federais, na noite de quarta-feira (6), o advogado-geral da União, ministro José Bonifácio Borges de Andrada, anunciou a criação da Câmara de Conciliação Administrativa. A solenidade de



**CONPAF - CONGRESSO NACIONAL DOS PROCURADORES
IV CURSO ESPECIAL DE ADVOCACIA DO ESTADO
PERÍODO: 06 A 09 DE NOVEMBRO DE 2002
REALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES FEDERAIS
REPRESENTAÇÃO DA ANPAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA
APOIO INSTITUCIONAL: CENTRO DE ESTUDOS VICTOR NUNES I
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**

Abertura do evento

de abertura do III Congresso e do IV Curso de Advocacia do Estado foi realizada no plenário do Tribunal de Justiça.

Segundo o ministro, a Câmara, criada através da recém editada medida provisória 71, é uma experiência no sentido de impedir que haja demandas formais entre órgãos vinculados entre si e destes contra a União. “Depois da unificação das carreiras (transformando todos os advogados de estatais e da estrutura federal pública em procuradores federais) essa situação (de litígio entre órgãos) é mais escandalosa ainda. Com a Câmara, vamos ver como progride. Não posso concordar com a Receita Federal executando órgãos federais, e autarquias movendo ação contra a União. Parecem advogados de um mesmo

escritório defendendo clientes opostos na mesma ação”, explicou ele.

O III Congresso e o IV Curso se estendem até o dia 9, no auditório do Hotel Maria do Mar. Os eventos são uma promoção da Associação Nacional dos Procuradores Federais, com organização da representação da ANPAF de Santa Catarina. “Devemos nos reunir com mais frequência, trabalhando pelo fortalecimento da carreira. Nosso papel é de defesa da própria sociedade brasileira”, ressaltou o presidente da ANPAF na abertura, Roberto Eduardo Giffoni. O procurador geral da Assembléia Legislativa, Fábio Magalhães Furlan, representou o presidente, deputado Onofre Agostini (PFL) na abertura do evento. (MMV)

Escola do Legislativo

A primeira turma formada pelo Curso de Ensino Médio da Escola do Legislativo da Assembléia esteve no gabinete do deputado Gilmar Knaesel (PPB) para convidá-lo como paraninfo de formatura. O Curso equivale ao anteriormente chamado 2º grau. A formatura dos 23 alunos será entre março e abril do próximo ano.

Responsável pela implantação da Escola em sua gestão como presidente, em 99, Knaesel destacou que a conclusão do curso é resultado do esforço e disposição dos servidores. “Fico extremamente satisfeito com a formatura desta primeira turma, não só pela conquista destes servidores, mas também por ser uma comprovação de que meu projeto foi, e é, válido,” afirmou, lembrando que num primeiro momento não houve consenso com relação à implantação dos cursos na Assembléia Legislativa. “Vencemos as resistências iniciais”, completou. O deputado finalizou registrando que esta foi uma semana de grandes emoções, já que também foi comemorado o aniversário de três anos da TVAL, outro projeto implantado durante sua gestão como presidente da Assembléia Legislativa.

O Curso de Ensino Médio é resultado de um convênio com a Secretaria de Estado da Educação, que participa cedendo os professores. As aulas acontecem nas salas da Escola do Legislativo da Assembléia, três vezes por semana. (AP)

COMISSÕES

CPE do suíno quer liberação de financiamento de emergência

Sheila Dziedzic

(foto Solon Soares)

Na próxima semana, a Comissão Parlamentar Externa que trata da crise na suinocultura em Santa Catarina, deverá reunir-se com a superintendência do Banco do Brasil para cobrar a liberação de financiamento de emergência de até R\$ 200,00 por matriz alojada. Os suinocultores estão tendo dificuldades em conseguir os recursos devido à exigência, por parte do Banco do Brasil e do Besc, da apre-

sentação de laudo ambiental da Fatma e laudo técnico sobre a viabilidade de pagamento. Na região do Meio Oeste existe apenas um técnico da Fatma que fica sediado em Joaçaba. "Terão que ser feitas algumas concessões pois trata-se de uma situação emergencial, sob o risco dos produtores não conseguirem os em-



Deputados Sopelsa e Sorgatto

préstimos", defende o deputado Moacir Sopelsa (PMDB), presidente da CPE dos Suínos.

Os parlamentares estão pressionando para que o Ministério da Agricultura interceda junto à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no sentido de liberar os estoques de milho existentes

em Santa Catarina, atendendo à demanda da alimentação de frangos e suínos. A CPE está cobrando ainda que a secretaria da Fazenda proceda a devolução do crédito presumido do ICMS dos insumos comprados em outros estados. Por solicitação do Núcleo de Suínos de Seara será realizada, no dia 14 de novembro, uma reunião com os deputados membros da comissão, representantes dos produtores e agroindústrias para avaliação dos trabalhos. O deputado Gelson Sorgatto (PMDB) lembra que até agora foram conquistados através de ações da CPE, recursos para que as agroindústrias comprassem o estoque excedente de suínos, redução da pauta do ICMS e correção no preço pago ao produtor, principalmente na tipificação da carcaça.

putado Gelson Sorgatto (PMDB) lembra que até agora foram conquistados através de ações da CPE, recursos para que as agroindústrias comprassem o estoque excedente de suínos, redução da pauta do ICMS e correção no preço pago ao produtor, principalmente na tipificação da carcaça.

Falta de ração para aves é discutida na Comissão de Agricultura

A crise financeira da Argentina aliada a alta no preço da saca de milho e soja, que passou, respectivamente, de R\$ 8,00 para R\$ 27,00 e de R\$ 14,00 para R\$ 40,00, vem provocando a morte de frangos por falta de alimento. Além disso, o preço aumentou a dificuldade em manter a alimentação dos suínos no Oeste do Estado. O milho e a soja são os principais produtos que compõem a ração dos animais. O Frigorífico Chapecó, uma das principais agroindústrias da região, que pertence ao grupo argentino Macri, está sofrendo as consequências desta situação.

A Comissão de Agricultura que discutiu o assunto na quarta-feira (6), está mantendo contato com diversos segmentos. Está sendo solicitado ao Ministério da Agricultura a liberação do estoque emergencial de milho da Com-

panhia Nacional de Abastecimento (Conab). E no Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE), a liberação de financiamentos para o setor.

Segundo o deputado Milton Sander (PPB), o que está acontecendo é um crime de ordem fitossanitária com reflexos sócio-econômicos. "Só na unidade de Xaxim são abatidos cerca de 300 mil frangos e, em Chapecó, aproximadamente três mil suínos por mês. Essa mortandade vem causando ainda transtornos ao meio ambiente". (SD)



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Sander na Comissão

ESPECIAL

Besc: impasse continua

Tatiana Kinoshita

(foto Jonas Lemos Campos)

A pesar do mutirão que envolveu a participação do governador eleito, Luiz Henrique da Silveira, governador Esperidião Amin, Assembléia Legislativa - através do requerimento da deputada Ideli Salvatti -, e equipe de transição do governo Lula, o pedido de adiamento do processo de privatização do Besc continua sem solução. Agora, a meta é conseguir uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso para tentar reverter o atual quadro e desmarcar a data do leilão de 16 de dezembro e jogar a discussão para as novas equipes de governo federal e estadual.



Coletiva da deputada Ideli

A deputada Ideli Salvatti (PT) afirmou na quinta-feira (7), em entrevista coletiva na Assembléia Legislativa, que a maneira mais eficaz de se adiar o processo de privatização do Besc para o próximo governo é através da pressão política, assim como já está sendo feito, só que "mais coesa", com uma ampla participação dos políticos de Santa Catarina.

Segundo ela, que esteve reunida com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe de transição, é de fundamental importância que Luiz Henrique da Silveira, eleito governador, consiga uma audiência com o

presidente Fernando Henrique Cardoso. "O ideal seria que outros parlamentares catarinenses participassem dessa audiência, para deixar claro a Fernando Henrique que Santa Catarina não quer a privatização", afirmou Ideli.

Para a deputada, uma solução política para o caso seria mais eficaz do que uma judicial, já que todos os processos de privatizações de bancos que tiveram liminares judiciais seguiram adiante com a cassação das mesmas. "Na política temos mais chances de resolver o impasse mas, para isso, todos precisam se empenhar, inclusive o governador Esperidião Amin e a Assembléia Legislativa, que deverão se empenhar mais", disse.

Conforme a deputada, Lula só continuará a defender a não privatização dos bancos estaduais se os governadores mantiverem sua decisão de não vender seus bancos. "Se conseguirmos nos unir ao estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Espírito Santo, ou a sua maioria, que não querem privatizar seus bancos, nossas chances de barrar, por enquanto, o processo, aumenta consideravelmente", finalizou a deputada. Manifestações do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, no começo da semana, sinalizaram para dificuldades para uma pressão isolada do presidente eleito. De acordo com informações do governo federal, a privatização dos bancos estaduais que ainda restam, está embutida nos acordos já feitos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

**BRASÍLIA****Fórum Parlamentar define prioridades ao Orçamento da União**

Os 16 deputados federais e três senadores que representam Santa Catarina no Congresso Nacional encaminham na terça-feira, 12, as emendas ao projeto orçamentário federal para o próximo ano. Reunido na última terça-feira, 6, o Fórum Parlamentar Catarinense elegeu a duplicação da BR-470 como emenda coletiva.

O restante das 14 emendas que a bancada catarinense tem direito a apresentar, será proposto conforme a representação partidária. De acordo com o atual coordenador do Fórum, deputado Gervásio Silva (PFL), sete emendas se-

rão apresentadas pela coligação PSDB/PFL/PPB, três pelo PMDB, enquanto PT e PDT teriam direito a uma por legenda. Mas, a estratégia para garantir recursos para obras estruturais é de unificar reivindicações. PT e PDT devem propor juntos as emendas a que têm direito - pelo acordo de proporcionalidade da representação das legendas -, priorizando a destinação de recursos para projetos de infra-estrutura e saneamento básico. Os outros blocos também pretendem garantir recursos para ações de saneamento básico. (MMV)

ESPECIAL

Assembléia busca manutenção da Petrobrás em Itajaí

O deputado Volnei Morastoni (PT) requereu a constituição de uma Comissão Temporária Externa (CPE) denominada *Diga Sim a Petrobrás em Itajaí – Santa Catarina*, composta de cinco membros, com vigência de 60 dias, para defender a permanência da Petrobrás UN-SUL (Unidade de Negócios de Exploração e Produção Sul) naquele município. De acordo com a proposta, a CPE vai se integrar ao movimento denominado *Diga Sim a Petrobrás em Itajaí*, liderado pela Associação Comercial e Industrial local, que visa impedir a transferência da unidade da empresa para o Rio de Janeiro, cujo processo encontra-se em ritmo acelerado.

“Itajaí foi escolhida em 1995 para sediar a unidade da Petrobrás como base operacional dos campos petrolíferos próximos a sua costa marítima. Em 2000, para sediar um centro de defesa ambiental. Agora o

governo federal quer transferir a unidade para o Rio de Janeiro, acarretando sérios prejuízos para Itajaí e Santa Catarina, como o rompimento de contratos com 44 empresas prestadoras de serviços, fechando 359 postos de trabalho diretos, produtos e serviços contratados fora do mercado local; redução na arrecadação de impostos/royalties, além da perda do patrocínio anual de R\$ 1,5 milhões, atualmente aplicados na área cultu-



Prédio da Petrobrás em Itajaí

ral, social e meio ambiente”, disse o deputado.

A unidade itajaiense da Petrobrás, responsável pela exploração e produção de petróleo nos três estados do sul, coloca Santa Catarina no cenário mundial da produção de combustíveis fósseis, sendo a primeira do mundo a receber simultaneamente a tripla certificação em segurança, meio ambiente e saúde. Por sua localização geográfica e pelo suporte logístico oferecido como porto marítimo, aeroporto e entroncamento rodoviário, Itajaí foi escolhida há dois anos como sede de um dos 9 centros de defesa ambiental da Petrobrás espalhados pelo Brasil. É o único do Sul do país com responsabilidade em todas as unidades da empresa no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estando apto a dar suporte técnico-operacional imediato, devido ao aeroporto, a qualquer outro centro de defesa ambiental no Brasil. Ainda cabe destacar – disse Morastoni – que segundo a Agência Nacional de Petróleo, Itajaí poder ser considerada como zona produtora principal de petróleo, por ter os três pontos de apoio para a atividade, o que representa maior transferência de royalties para a cidade.

“É preciso constituir uma comissão representativa deste movimento, sob a coordenação da ACII, incluindo a representação parlamentar catarinense em Brasília, para fazer as tratativas com atual e o futuro governo. Devemos elaborar a “Carta de Itajaí”, que sintetize as razões desde movimento, pois está na hora de Santa Catarina, que é a 5ª economia do país, ser respeitada pelo Governo Federal”, enfatizou. (CW)

Serafim quer solução para aposentadoria dos mineiros

Mais de 100 trabalhadores em minas de carvão, ligados à Cooperminas (ex-CBCA), já cumpriram tempo de 15 anos, para a aposentadoria especial, mas não conseguiram ainda o benefício atualmente concedido apenas aos mineiros não vinculados à cooperativa.

Em busca de uma solução para este impasse, o deputado José Paulo Serafim (PT), esteve em Brasília essa semana, em audiência



serafim@alesec.sc.gov.br

com o Ministro da Previdência, José Cecchin, e representantes da Casa Civil. Acompanhado do presidente da Cooperminas, Edilson Medeiros, dos presidentes do sindicato da categoria de Criciúma e de Siderópolis, Ivan Roberto Westphal e Genoir José dos Santos, e do presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, Arnaldo Vivaldo de Mattos, o deputado fez apelo para que seja enviada para a assinatura do presidente da República, medida provisória que “cor-

rija esse grave erro”.

Serafim também buscará apoio junto ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para que seja enviado ao Congresso Nacional, um projeto de lei que solucione em definitivo o assunto. “Está mais do que na hora de o Governo Federal fazer essa correção. É injusto que um trabalhador mineiro da empresa privada tenha direito à aposentadoria com 15 anos de serviço, devido a periculosidade, e outro, que exerce a mesma atividade, não tenha o mesmo direito por estar ligado a uma cooperativa”. Para Serafim, o impacto social dessa correção será considerável. É que, além de resgatar o direito à aposentadoria especial para os trabalhadores da Cooperminas, abrirá, como consequência, cerca de 100 vagas. “A Cooperminas está vivendo um bom momento e não podemos fechar postos de trabalho”, observou. (SD)

Dragagem no porto de Laguna

Prevista para a segunda quinzena de setembro, conforme compromisso assumido pelo presidente da Cidasc, Fernando Driessen, as obras de dragagem de manutenção e desassoreamento da área de evolução no Porto de Laguna ainda não foram iniciadas. A informação é do deputado Ronaldo Benedet (PMDB), que alerta: “os barcos de pesca têm apresentado problemas para atracar e desa-

tracar no porto, tendo em vista as péssimas condições de navegabilidade, comprometida pelo assoreamento”.

Após encaminhamento da indicação pela Assembléia solicitando o desassoreamento, técnicos da Cidasc visitaram o porto e confirmaram a necessidade das obras. A Cidasc cederia a draga Sepetiba, um equipamento de maior porte, que atinge oito metros como profundidade máxima de escavação. (SD)

Água na pista da BR-101

Requerimento do deputado João Macagnan (PFL) ao presidente da República e ao governador catarinense eleitos recentemente, solicita providências no sentido de reparar o leito do trecho da BR-101 já duplicado, devido a formação de grande acúmulo de água nas pistas quando chove, como consequência da falta de inclinação correta e da má distribuição dos pontos de drenagem em muitos trechos.

“Essa situação provoca aquaplanagem que tira completamente a estabilidade dos veículos que por lá trafegam, causando sérios acidentes. A reivindicação deverá servir como alerta aos engenheiros responsáveis pela obra de construção da parte sul da BR-101, trecho Palhoça à Passo de Torres, para que não ocorram os mesmos problemas identificados no trecho norte”, justificou o deputado. (CW)

Recadastramento eleitoral em Garopaba

Requerimento de autoria do deputado Rício Mauro da Silveira (PPB), com a assinatura dos deputados Gilmar Knaesel e Valmir Comin (PPB), solicita ao Tribunal Regional Eleitoral que seja feito o recadastramento eleitoral no município de Garopaba. Com base em números fornecidos pelo IBGE, os deputados chegaram a conclusão que “há muitos anos o destino político de Garopaba está sendo decidido por eleitores não residentes no município, em flagrante desobediência aos princípios da democracia determinados pela Constituição Federal”. O recadastramento em Garopaba está sendo pedido com base na Lei nº 9.504/97, que em seu artigo 92, inciso III, determinada a revisão eleitoral toda vez que o eleitorado for superior a 65% da população.

O município de Garopaba possui 13.134 habitantes conforme o censo de 2.000, e 9.865 eleitores de acordo com a eleição de 2.000, dados que comprovam que 75,11% da população local é constituída de eleito-

res. De acordo com levantamento do IBGE em 1996, existiam no local 4.410 menores de 18 anos e 418 maiores de 70 anos, sendo 4.828 moradores não obrigados a votar ou que estariam impedidos devidos a idade. Entre 1996 e 2.000 foi feita uma revisão no cadastro eleitoral em Garopaba que resultou na baixa de mais de 900 eleitores.

Documentos do IBGE relativos ao censo de 2000 apresentam os seguintes números naquele município: menores de 16 anos não votantes – 3.794 maiores de 16 e menores de 18 anos não votantes – 413; maiores de 70 anos não obrigados a votar – 513; e analfabetos não obrigados a votar – 1.353. Pelos dados oficiais referentes a população de Garopaba, os deputados concluíram que o número aproximado de eleitores poderia ser no máximo de 8 mil e não de quase 10 mil. “Urge a necessidade de o TRE tomar providências para fazer o recadastramento para que somente possam exercer o direito do voto no município aqueles que nele residem”, defendem os autores. (CW)

Proposições

Deputado João Macagnan (PFL) aos presidentes do União Esporte Clube e da Sociedade Estivadores, da cidade de Itajaí, parabenizando-os pela conquista do 1º e 2º lugares, no campeonato de futebol amador ocorrido recentemente naquele município

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao dirigente regional da ECT/SC solicita a implantação de um posto dos correios na localidade de Rio da Areia, junto ao Mercado Juviaski, no município de Mafra.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao governador solicita o fornecimento de cópia do Processo nº AOR – 00/04148401, do Tribunal de Contas, referente à auditoria ordinária in loco sobre a operacionalização do Plano de Assistência à Saúde do servidor estadual.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) à Telesc Brasil Telecom requerendo a instalação de telefones públicos nas comunidades de Bela Vista e Barro Preto em Santa Rosa de Lima.

Deputado João Macagnan (PFL) ao governador e ao secretário da Saúde, solicitando que seja criada a ouvidoria da Saúde do Estado como órgão auxiliar do Poder Executivo.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador e à Defesa Civil solicitando o fornecimento de vinte coletes salva vidas à comunidade de Trombudo Central, para possibilitar meios de limpeza dos rios daquele município.

Deputado João Macagnan (PFL) ao jornalista Carlos Müller e equipe cumprimentando pelo lançamento de mais um veículo de comunicação denominado Jornal *O São Vicente*, com circulação no município de Itajaí. (CW)

Servidores públicos estaduais

O deputado Afrânio Boppré (PT) fez pedido de informação ao governador indagando sobre a situação dos servidores públicos estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da administração indireta. Quer saber quantos são os ativos e inativos; percentuais de reajustes concedidos desde janeiro de 1999 ao magistério, saúde, segurança e outros; discriminação da reposição salarial concedida aos funcionários da administração indireta (trabalhadores celetistas com data-base) após janeiro de 1999; relação dos concursos realizados a partir de janeiro de 1999, especificando as áreas e o número de servidores nomeados, e relação dos programas de demissão incentivada adotados a partir de 1999, com o respectivo número de servidores públicos que aderiram aos mesmos. (CW)

GERAL

Colunista social recebe homenagem da Assembléia

Atendendo requerimento do deputado Júlio Garcia, líder da bancada do PFL, a Assembléia homenageou em Plenário na noite de segunda-feira (4), durante sessão solene, o colunista social Zury Machado. Natural do município de Tijucas e residente em Florianópolis, Zury, de 80 anos de idade, exerce o colunismo social há 57 anos. Além da Capital, trabalhou em rádios e revistas do Rio de Janeiro, entre elas a consagrada *O Cruzeiro*. Foi chefe do Cerimonial da Assembléia Legislativa e há 53 anos é colunista do jornal *O Estado*, em Florianópolis. Criou o Baile Branco do Clube 12 de Agosto e paralelo aos eventos que retratam a sociedade catarinense, Zury recebeu a homenagem dos parlamentares por seu empenho

em atividades filantrópicas. “Ele é um exemplo de vida baseada na retidão de caráter e no respeito aos princípios éticos”, declarou o deputado Júlio Garcia.

Em nome dos 40 deputados estaduais e na presença de autoridades convidadas para o evento, familiares e amigos, Zury Machado recebeu uma placa comemorativa de Anita Hoepcke, pelos relevantes serviços prestados à sociedade catarinenses. “Esta é um dos momentos mais importantes de minha vida”, afirmou Zury. (RMPP)



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

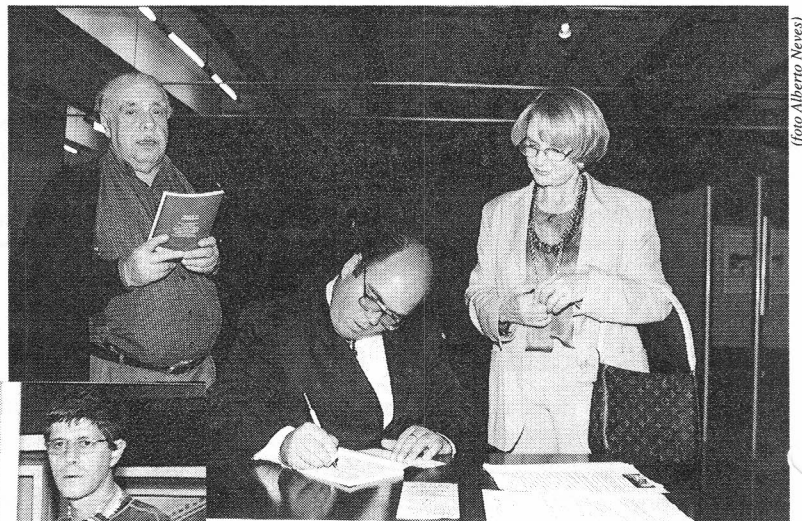
Deputado Julio e Zury Machado

Arte e literatura na Galeria de arte Meyer Filho

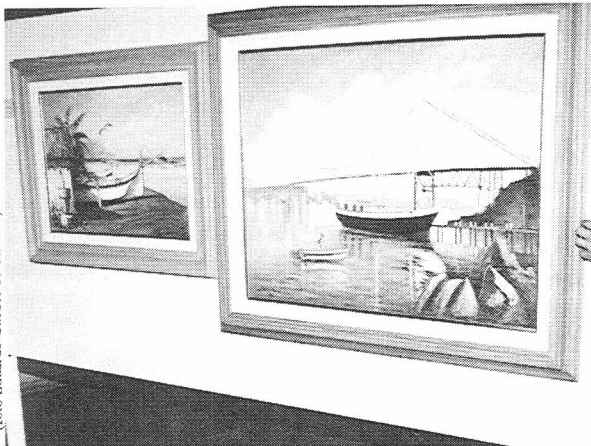
Nessa semana, na Galeria de arte da Assembléia, foi inaugurada a exposição de quadros do artista plástico Nairo Souza, intitulada *Imagens da Ilha*. A mostra, aberta segunda-feira (4), ficará exposta ao público até o próximo dia 14.

Com um extenso currículo, Nairo já expôs seu trabalho em várias cidades do Brasil, como Porto Alegre, Curitiba, Campo Grande, Salvador, entre outras. Também participou de mostras fora do país como Venezuela, Paraguai e Bolívia.

Sua arte retrata paisagens típicas, casarões antigos e a vida cotidiana de pessoas simples.



(foto Alberto Neves)



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Poesia – Também ocorreu quarta-feira (6), noite de autógrafos do escritor Oswaldo Henrique Netto. Na obra, intitulada *De Volta aos Caminhos do Amor*, o autor tenta exprimir através da poesia as emoções da alma humana. “Antes de sentir é preciso entender o processo de participação no cotidiano da vida”, disse.

Militante político e ator, Netto que é autodidata, pesquisa e questiona de forma não ortodoxa a existência humana. (TK/RMPP)

Agenda

Dia 12, 20h – Lançamento do Carimbo Comemorativo alusivo aos 10 anos da Associação Estúdio Vozes, e pré-lançamento do Vozes da Primavera 2002

Local: Hall da AL

Dia 13, 19h30 – Lançamento do livro *Prática do Tabelionato de Notas e do Registro Civil*, de Luis Carlos Santiago

Local: Hall da AL

Dia 18, 9h – Abertura da Exposição *Coletiva Florescência III*, com trabalhos de 43 artistas plásticos catarinenses, organizada pela Associação Catarinense dos Artistas Plásticos

Local: Galeria Meyer Filho